

## Sul América Capitalização S.A. - SULACAP

CNPJ 03.558.096/0001-04

### Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Capitalização S/A - SULACAP ("Companhia" ou "Sulacap"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015, e alterações posteriores. 1. **Conjuntura econômica:** 2020 ficará marcado como um ano desafiador, no qual o mundo sofreu uma crise sanitária causada pela COVID-19, que com seu alto poder de disseminação, obrigou a quase paralisação das atividades econômicas e sociais, gerando um ambiente de incerteza e uma profunda recessão na economia global. Governos foram obrigados a adotar políticas fiscais expansionistas, elevando os níveis de endividamento público. Bancos centrais das principais economias avançadas passaram a praticar políticas de juros zero ou negativos e aumentaram expressivamente a oferta de crédito. Esses esforços deram suporte à atividade econômica global, criando condições para a superação do choque negativo causado pela pandemia. No Brasil, não foi diferente. O choque causado pela COVID-19 resultou em uma queda relevante do PIB no 2º trimestre do ano. O governo brasileiro adotou medidas visando à recomposição da renda, principalmente do setor informal da economia, com ajuda creditícia às micros, pequenas e médias empresas, buscando suavizar os riscos de paralisação da atividade e aumento do desemprego. Tais medidas, combinadas a um maior relaxamento do isolamento social acompanhando a evolução da pandemia, foram essenciais para que ao longo do 2º semestre os efeitos dos programas de suporte governamental contribuissem para uma expansão do PIB no 3º trimestre. Tal crescimento foi liderado pela indústria e comércio, enquanto

o setor de serviços mostrou uma evolução mais lenta, afetado, ainda, pelo ambiente desafiador causado pela COVID-19. Em 2020, o PIB brasileiro deve apresentar um número melhor do que as projeções do início da pandemia. A inflação, apesar da fraqueza interna, foi afetada pela alta das commodities e depreciação do real. O IPCA fechou o ano com alta de 4,2%, ligeiramente acima do centro da meta de 4% para 2020, e a taxa Selic era de 2% em dezembro, no nível mínimo histórico. Para 2021, as expectativas são positivas, com o processo de vacinação contra a COVID-19 avançando e assim criando condições para o restabelecimento da confiança dos agentes econômicos. Com isso, o mercado de trabalho e a renda tendem a se fortalecer, sendo fatores essenciais para a consolidação da retomada econômica em 2021, assim como a assecuração de um regime fiscal sólido e o avanço na agenda de reformas. 2. **Principais Informações Financeiras:**

(R\$ milhões)	2020	2019	Δ
Receita líquida com títulos de capitalização	6,2	72,6	-91,5%
Varição das provisões técnicas	-0,1	1,4	NA
Resultado com sorteio	-2,1	-21,7	90,2%
Custos de aquisição	-2,5	-28,9	91,4%
Outras receitas e despesas operacionais	10,6	12,0	-11,6%
Despesas administrativas, tributos	-15,0	-44,6	66,4%
Resultado financeiro	25,0	31,5	-20,7%
Resultado patrimonial	-0,0	-0,0	62,5%
<b>Lucro líquido do Exercício/Prejuízo do exercício</b>	<b>-43,7</b>	<b>15,2</b>	<b>NA</b>

3. **Comentário sobre o desempenho:** Em fevereiro de 2020, ocorreu a venda de quase a totalidade da carteira de capitalização da Companhia, prejudicando a comparação entre os períodos demonstrados. Em função da venda mencionada, a receita líquida com títulos de capitalização da Sulacap totalizou R\$6,2 milhões em 2020, 91,5% inferior à receita apresentada em 2019. O resultado com sorteio totalizou R\$2,1 milhões negativos em 2020 ante R\$21,7 milhões negativos no ano anterior, com uma variação positiva de 90,2%. Em 2020, os custos de aquisição apresentaram uma queda de 91,4% em relação a 2019, registrando R\$2,5 milhões. O resultado financeiro

foi de R\$25,0 milhões, redução de 20,7% em relação ao exercício anterior. Em 2020, a Companhia registrou prejuízo de R\$43,7 milhões, frente ao lucro líquido de R\$15,2 milhões reportado no ano anterior. 4. **Distribuição do resultado:** A Companhia apresentou prejuízo no ano de 2020, portanto abaixo estão apenas as informações referentes à distribuição do resultado do ano de 2019.

(R\$ milhões)	2019
<b>Lucro líquido do exercício antes dos impostos e participações</b>	<b>23,8</b>
(-) Impostos e contribuições	-6,4
(-) Participações	-2,2
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>15,2</b>
(-) Constituição da reserva legal (5%)	-0,8
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>14,5</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	3,6
Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios	3,6
<b>Saldo dos dividendos obrigatórios propostos</b>	<b>-</b>
Constituição da reserva estatutária	10,9

5. **Reorganizações societárias:** Em 3 de fevereiro de 2020, a Sul América S.A. ("SASA") comunicou ao mercado que, após o cumprimento das condições precedentes em contrato, incluindo as aprovações regulatórias, foi concluída a operação de venda de quase a totalidade da carteira de capitalização da Companhia, bem como a alienação da participação minoritária da Sul América Santa Cruz Participações S.A. na Caixa Capitalização S.A. ("CaixaCap"), correspondente a 24,5% de seu capital total e votante, ao Grupo Icatu, já acionista da CaixaCap. 6. **Investimentos:** Em 31/12/2020, a Companhia não possuía investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas. 7. **Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". 8. **Acordo de Acionistas:** A Sul América Capitalização S.A. não é parte de acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2021. **A ADMINISTRAÇÃO.**

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Notas	2020	2019
<b>Ativo</b>		
<b>Ativo circulante</b>	<b>86.778</b>	<b>806.510</b>
Disponível	190	1.166
Caixa e bancos	190	1.166
Aplicações	70.658	792.157
<b>Créditos das operações de capitalização</b>	<b>-</b>	<b>1.149</b>
Créditos das operações de capitalização	-	1.149
<b>Outros créditos operacionais</b>	<b>-</b>	<b>78</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>15.901</b>	<b>11.854</b>
Títulos e créditos a receber	742	922
Créditos tributários e previdenciários	14.978	9.847
Outros créditos	181	1.085
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>29</b>	<b>106</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>96.225</b>	<b>124.777</b>
Realizável a longo prazo	95.785	115.854
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>95.785</b>	<b>115.854</b>
Créditos tributários e previdenciários	8.685	23.168
Depósitos judiciais e fiscais	86.312	92.686
Outros créditos operacionais	788	-
<b>Investimentos</b>	<b>440</b>	<b>433</b>
Imóveis destinados a renda	90	79
Outros investimentos	350	354
<b>Imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>74</b>
Bens móveis	-	74
<b>Intangível</b>	<b>-</b>	<b>8.416</b>
Outros intangíveis	-	8.416
<b>Total do ativo</b>	<b>183.003</b>	<b>931.287</b>

Notas	2020	2019
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo circulante</b>	<b>25.911</b>	<b>731.326</b>
<b>Contas a pagar</b>	<b>19.997</b>	<b>32.387</b>
Obrigações a pagar	15.674	25.807
Impostos e encargos sociais a recolher	523	2.681
Encargos trabalhistas	77	1.145
Impostos e contribuições	1	263
Outras contas a pagar	3.722	2.491
<b>Débitos de operações com capitalização</b>	<b>-</b>	<b>242</b>
Débitos operacionais	-	242
<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>10</b>	<b>2.348</b>
<b>Provisões técnicas - capitalização</b>	<b>11</b>	<b>1.065</b>
Provisão para resgates	1.065	643.528
Provisão para sorteio	-	44.318
Provisão administrativa	-	7.600
<b>Outros débitos</b>	<b>4.849</b>	<b>903</b>
Provisões judiciais	13,2	4,745
Débitos diversos	104	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>130.782</b>	<b>110.038</b>
<b>Contas a pagar</b>	<b>57.021</b>	<b>56.137</b>
Obrigações a pagar	38.297	41.091
Tributos diferidos	8	2.764
Outras contas a pagar	15.960	15.046
<b>Outros débitos</b>	<b>73.761</b>	<b>53.901</b>
Provisões judiciais	13,2	73,761
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>26.310</b>	<b>89.923</b>
Capital social	66.441	56.620
Reservas de capital	9	9
Reservas de reavaliação	3.683	3.683
Reservas de lucros	-	16.783
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.861)	12.828
Prejuízo acumulados	(40.962)	-
<b>Total do passivo</b>	<b>183.003</b>	<b>931.287</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de títulos e valores mobiliários	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 01/01/2019</b>	<b>216.620</b>	-	<b>9</b>	<b>3.683</b>	<b>1.542</b>	<b>29.293</b>	<b>30.835</b>	<b>15.237</b>	-	<b>266.384</b>
Redução de capital conforme Portaria SUSEP nº 32 de 02/05/2019	(160.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	(160.000)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>15.240</b>	<b>15.240</b>
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>										
Dividendos intercalares pagos, sendo R\$836.920,32 (em reais) por ação, conforme RCA rerratificada do dia 11/04/2019	-	-	-	-	-	(25.672)	(25.672)	-	-	(25.672)
Dividendos obrigatórios intercalares pagos, sendo R\$836.920,32 (em reais) por ação, conforme RCA rerratificada do dia 11/04/2019	-	-	-	-	-	-	-	(3.620)	(3.620)	(3.620)
Reserva legal	-	-	-	-	762	-	762	(762)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	10.858	10.858	(10.858)	-	-
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>(2.409)</b>	<b>(2.409)</b>	<b>(2.409)</b>
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>56.620</b>	-	<b>9</b>	<b>3.683</b>	<b>2.304</b>	<b>14.479</b>	<b>16.783</b>	<b>12.828</b>	-	<b>89.923</b>
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$9.821, conforme AGE do dia 28/10/2020, à razão de R\$363.730,32 (em reais) por ação	9.821	(9.821)	-	-	-	-	-	-	-	9.821
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 662 aprovada no dia 21/12/2020	9.821	(9.821)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>(43.745)</b>	<b>(43.745)</b>
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>										
Dividendos intercalares pagos, sendo R\$400.000,00 (em reais) por ação, conforme RCA do dia 16/03/2020	-	-	-	-	-	(14.000)	(14.000)	-	-	(14.000)
Compensação de prejuízos com reserva legal	-	-	-	-	(2.304)	-	(2.304)	-	2.304	-
Compensação de prejuízos com reserva estatutária	-	-	-	-	-	(479)	(479)	-	479	-
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>(15.689)</b>	<b>(15.689)</b>	<b>(15.689)</b>
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>66.441</b>	-	<b>9</b>	<b>3.683</b>	-	-	-	<b>(2.861)</b>	<b>(40.962)</b>	<b>26.310</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

1. **Contexto operacional:** A SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULA-CAP ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121, no bairro Cidade Nova, autorizada a operar em todo o território nacional, pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com produtos de capitalização. A Companhia também atua na participação em outras sociedades. A Companhia é controlada pela Sul América Santa Cruz Participações S.A. (SANTA CRUZ), que possui 100% de participação na Companhia e tem como acionista controlador indireto a Sul América S.A. (SASA), que tem como principal acionista a Sulaspar Participações S.A. (SULASAPAR), sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro e que detém 52,05% das ações ordinárias e 0,01% das ações preferenciais de emissão da SASA, que representam, em conjunto, 26,57% do capital total da SASA, excluídas as ações mantidas em tesouraria. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou, em 25/02/2021, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2020, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). A Companhia alienou quase a totalidade da sua carteira de capitalização, não possuindo mais operações ativas, sendo assim, não há representatividade dos negócios, conforme divulgado na nota nº 1.1. No período comparativo, as principais modalidades operadas pela Companhia eram: **Incentivo:** Representados por títulos de capitalização que estão vinculados a um evento promocional de caráter comercial instituído pelo subscritor. O subscritor, neste caso, é a empresa que compra o título e o cede total ou parcialmente (somente o direito ao sorteio) aos clientes consumidores do produto utilizado no evento promocional. **Tradicional:** Representados por títulos de capitalização que têm por objetivo restituir ao titular, ao final do prazo de vigência, no mínimo, o valor total dos pagamentos efetuados pelo subscritor, desde que todos os pagamentos previstos tenham sido realizados nas datas programadas. **Instrumento de garantia:** Esta modalidade tem por objetivo propiciar que a provisão matemática para capitalização do título de capitalização seja utilizada para assegurar o cumprimento de obrigação assumida em contrato principal pelo titular perante terceiro. A modalidade que era comercializada dentro da modalidade tradicional, utilizada para substituir o fiador nas transações de aluguel de imóveis passou a ser tratamento específico a partir de maio de 2019, conforme Circular SUSEP nº 569/2018. 1.1. **Venda de parte da carteira de capitalização e sua participação minoritária na Caixa Capitalização S.A. ("CaixaCap") para o Grupo Icatu:** Em 13 de maio de 2019, a Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("SULACAP") e Sul América Santa Cruz Participações S.A. ("SANTA CRUZ") celebraram contratos para venda de quase a totalidade de sua carteira de capitalização, assim como da sua participação minoritária na Caixa Capitalização S.A. ("CaixaCap"). Esta transação teve como objetivo concentrar a atuação do grupo SulAmérica em segmentos em que possui maior potencial de crescimento e vantagens competitivas. A conclusão das operações estava condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes, usuais neste tipo de negócio, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes. Em 17 de julho de 2019, a operação foi aprovada pelo CADE e no dia 28 de agosto de 2019 foi aprovada pela SUSEP. Em 03 de fevereiro de 2020, a SASA comunicou ao mercado, que mediante a implementação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias, foi concluída com sucesso, pelo montante de R\$70.454 e com apuração de um ganho de R\$2.883, líquido dos custos da operação e baixa de intangível pela ausência de geração de benefícios futuros após a alienação da carteira, a operação de venda de quase a totalidade da

carteira de capitalização, bem como a alienação da participação minoritária de sua controlada indireta SANTA CRUZ na CaixaCap, correspondente a 24,5% de seu capital total e votante, ao Grupo Icatu, já acionista da CaixaCap. O valor da venda está sujeito a determinados ajustes conforme previsto em contrato. A seguir os principais ativos e passivos transferidos, com data base em 31/01/2020:

Ativo	Passivo
<b>Circulante</b>	<b>Circulante</b>
Aplicações	684.994
683.464	Contas a pagar
Créditos com operações de capitalização	1.567
510	Débito de operações com capitalização
<b>Não circulante</b>	181
2.998	Depósitos de terceiros
Intangível	1.009
2.998	Provisões técnicas - Capitalização
<b>Total do ativo</b>	<b>Total do passivo</b>
<b>686.972</b>	<b>684.994</b>
	<b>Acervo líquido</b>
	<b>1.978</b>

1.2. **Análise de impactos trazidos pela COVID-19:** A Companhia, durante todo ano de 2020, acompanhou e segue acompanhando a evolução da pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo, e vem atuando junto a seus colaboradores, clientes, corretores, prestadores de serviços e investidores para buscar minimizar os impactos para a sociedade. Praticamente toda a equipe da Companhia, incluindo executivos, gestores e demais funcionários, segue trabalhando em regime domiciliar, com todos os processos operacionais em pleno funcionamento. Adicionalmente, a Companhia segue evoluindo no desenho de seu plano de retomada, monitorando de perto o cenário em todas as regiões e seguindo as recomendações de especialistas em saúde e segurança para planejar com cautela a retomada de estruturas físicas da Companhia. A proliferação da COVID-19 no Brasil, após sinais de retração no terceiro trimestre, voltou a apresentar uma curva de crescimento no quarto trimestre de 2020, continuando sua evolução incerta e dependente das ações das entidades governamentais e da população de cada região. Considerando a manutenção do cenário de incerteza, em relação ao impacto e duração da pandemia, o foco da Companhia permanece na manutenção do atendimento de qualidade a todos os seus beneficiários, corretores, colaboradores e prestadores. A Companhia mantém o monitoramento tempestivo de sua liquidez e solvência e vem adotando medidas para garantir sua manutenção em níveis adequados. Entre tais medidas está a manutenção do rígido controle de desembolsos financeiros (custos, despesas e investimentos), preservando os investimentos programados pela Companhia em suas operações e que sejam considerados prioritários neste atual ambiente. Com o mesmo intuito, a Companhia adotou os seguintes benefícios oferecidos pelo Governo Federal em 2020: a) Postergação dos vencimentos das competências de março, abril e maio relativas tanto às contribuições sociais destinadas ao PIS e a COFINS, assim como das contribuições devidas ao INSS, parcela empresa, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ambas em estrita obediência ao disposto pela Portaria ME nº 139/20, alterada pela Portaria nº 150/20, das quais foram recolhidas em agosto as vencidas em março, e as de competência de abril e maio, recolhidas nos meses de outubro e novembro, respectivamente. b) Postergação dos vencimentos dos depósitos referentes ao FGTS de titularidade dos colaboradores da SulAmérica relativos às competências de março, abril e maio, conforme estabelecido pela MP nº 927 de 22 de março de 2020, que foram realizados em 6 parcelas fixas com vencimento no dia 07 de cada mês, tendo iniciado em julho de 2020 e com término em dezembro de 2020. c) Redução das alíquotas das contribuições destinadas aos serviços sociais autônomos, coloquialmente veiculados como "Sistema S" para o período compreendido entre os meses de

### Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Notas	2020	2019
<b>Receita líquida com títulos de capitalização</b>	<b>15,1</b>	<b>6,190</b>
Arrecadação com títulos de capitalização	-	63.720
Varição da provisão para resgate	-	(57.530)
<b>Varição das provisões técnicas</b>	<b>-</b>	<b>(87)</b>
<b>Resultado com sorteio</b>	<b>-</b>	<b>(2.127)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	<b>15,2</b>	<b>(2,485)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>15,3</b>	<b>10,626</b>
Outras receitas operacionais	-	11.875
Outras despesas operacionais	-	(1.249)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>15,4</b>	<b>(13,206)</b>
Pessoal próprio	-	(1.732)
Serviços de terceiros	-	(5.372)
Localização e funcionamento	-	(811)
Publicidade e propaganda	-	-
Publicações	-	(139)
Donativos e contribuições	-	(147)
Despesas administrativas diversas	-	(76)
<b>Despesas com tributos</b>	<b>15,5</b>	<b>(1,771)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>15,6</b>	<b>24,984</b>
Receitas financeiras	-	(33.476)
Despesas financeiras	-	(8.492)
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>
Despesas com imóveis destinados à venda	-	(4)
Receitas com outros investimentos	-	1
<b>Resultado operacional</b>	<b>-</b>	<b>22,121</b>
<b>Ganhos e perdas com ativos não correntes</b>	<b>15,7</b>	<b>(33,452)</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>-</b>	<b>(11,331)</b>
Imposto de renda	15,8	(22.237)
Contribuição social	15,8	(10.676)
Participações sobre o lucro	-	499
<b>Lucro líquido/Prejuízo do exercício</b>	<b>(43,745)</b>	<b>15,240</b>
<b>Quantidade de ações</b>	<b>62</b>	<b>35</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido por ação</b>	<b>(705,56)</b>	<b>435,43</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Notas	2020	2019
<b>Lucro líquido/Prejuízo do exercício</b>	<b>(43,745)</b>	<b>15,240</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>		
Perdas atuariais,		

continuação

## Sul América Capitalização S.A. – SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

2.3. **Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: **Receita com títulos de capitalização:** A receita com títulos comercializados junto às instituições parceiras comerciais é reconhecida de acordo com o inciso II, parágrafo 3º, artigo 121º da Circular SUSEP nº 517/2015, a qual determina reconhecimento de suas correspondentes receitas de forma integral no mês de sua emissão, sendo desta forma contabilizados os títulos de pagamento único (PU). As importâncias recebidas diretamente dos subscritores de títulos de capitalização são reconhecidas contabilmente como receitas com títulos de capitalização no momento do recebimento financeiro e a partir da segunda parcela dos títulos de pagamento mensal (PM). **Receita com resgate antecipado de títulos de capitalização:** A receita com resgate antecipado de títulos de capitalização é registrada pelo regime de competência. Corresponde à penalidade prevista nas condições gerais do título de capitalização para o resgate antecipado, não excedendo a 10% dos valores das contribuições efetuadas até a data do resgate. **Receita com a prescrição de títulos:** A receita com a prescrição de títulos corresponde às contribuições registradas nas provisões para resgates de títulos vencidos e antecipados e não resgatados pelos subscritores dos títulos de capitalização nos prazos estabelecidos no Código Civil. **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurados a valor justo por meio do resultado:** **Títulos e valores mobiliários:** Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. **3.2.2. Disponíveis para a venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadraram nas categorias “mensurados a valor justo por meio do resultado”; “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis” são classificados como “disponíveis para venda” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, o valor recuperável apresenta redução, as quais são apropriadas ao resultado, em contrapartida com a conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelos créditos a receber e demais contas a receber, mensurados, inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Posteriormente, tais ativos são mensurados pelo custo amortizado e ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. **3.4. Redução ao valor recuperável:** **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social corrente e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. Com exceção dos créditos tributários sobre as parcelas registradas no patrimônio líquido a título de benefício definido, não existem créditos tributários de diferenças temporárias constituídos na Companhia, visto que não há projeção orçamentária de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, que garantam a manutenção e a constituição de novos créditos tributários. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.6. Provisões técnicas de capitalização:** A provisão técnica é constituída e atualizada mensalmente, de acordo com a nota técnica, observadas as regulamentações vigentes, e está apresentado no passivo circulante em função do prazo de vigência da maior parte dos títulos ser 12 meses, de acordo com a determinação da SUSEP, conforme a seguir: **3.6.1. Provisão para resgates (PR):** A PR é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título, devendo contemplar tanto os títulos vencidos, títulos cancelados quanto os títulos antecipados e deve ser atualizada conforme previsão contratual até a efetiva liquidação do resgate. **3.7. Provisões para ações judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de obrigações presentes oriundas de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. **3.7.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial cível seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR) no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,71% ao ano (10,74% ao ano em 2019). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível, assim como as trabalhistas, estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante nas rubricas “Provisões judiciais”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.7.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Contas a pagar - obrigações a pagar”, no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos, estão contabilizados na rubrica “Provisões judiciais” no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.8. Benefício pós-emprego:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), seguro saúde e seguro de vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. **3.9. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.10. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais, à constituição de créditos tributários e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que

porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 5); • Créditos tributários e previdenciários (nota 8.1); e • Ações fiscais (nota 13.2). **3.11. Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica de processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. **3.12. Normas emitidas e revisadas:** **3.12.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras. • IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018, com isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11). O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela SUSEP. As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações; • Definição de um negócio (Emendas ao IFRS 3 – Combinação de negócios); • Definição de materialidade (Emendas ao IAS 1 – IAS 8); • Alteração de referências da estrutura conceitual nas Normas IFRS; e • Concessões de aluguel relacionado à Covid-19 (Alteração ao IFRS 16) - Em vigor a partir de 01/06/2020. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2020 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.** Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial: • IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil – Em vigor para empresas reguladas pela SUSEP a partir de 04/01/2021, o modelo exige que os ativos de direito de uso sejam reconhecidos inicialmente na rubrica ativos de arrendamentos, no ativo não circulante, em contrapartida a um passivo de arrendamento representado pelas obrigações totais a pagar do contrato, descontadas a valor presente, reconhecidas na rubrica contas a pagar circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação das obrigações. Adicionalmente, o resultado do exercício é impactado de forma linear, pela depreciação dos ativos de arrendamento de acordo com vigência dos contratos, reconhecidos nas despesas administrativas, e pela atualização das obrigações a pagar com os juros incorridos nos períodos divulgados, reconhecidas no resultado financeiro. Os arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor podem ser reconhecidos diretamente no resultado, conforme isenções permitidas no CPC 06 (R2). A Companhia está em fase final da avaliação dos valores que serão reconhecidos na data inicial de vigência da norma para empresas reguladas pela SUSEP. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações: • Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023; • Imobilização - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16) – Em vigor a partir de 01/01/2022; • Contratos Onerosos - Custo de Cumprir um Contrato (Alterações ao IAS 37) – Em vigor a partir de 01/01/2022; e • IFRS 17 – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2023. “- Não aplicável a Companhia e não aprovado pela SUSEP”. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (“Enterprise Risk Management – ERM”) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas, descritas da seguinte forma: **• Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; **• Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; **• Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e **• Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta à Unidade de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhiaapura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelo regulador (SUSEP). As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos Corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa, além de ser o elo com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição

da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de subscrição:** O risco de subscrição oriundo das premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas são imateriais, devido a inexistência de operações ativas na Companhia. **4.1.1. Risco de precificação:** **Análise de sensibilidade em capitalização:** A Companhia não possui mais operações ativas em 31/12/2020, conforme conclusão da alienação da carteira de capitalização (vide nota 1.1). Sendo assim, não está sujeita aos possíveis impactos nas variações das despesas administrativas e custo de aquisição.

	2019		2019
	Resultado antes dos impostos		Resultado após impostos
<b>Premissas</b>			
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(953)		(572)
Aumento de 5% nas variações das provisões para resgate	(34.688)		(20.813)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(1.443)		(866)
Redução de 5% nas despesas administrativas	953		572
Redução de 5% nas variações das provisões para resgate	34.688		20.813
Redução de 5% nos custos de aquisição	1.443		866

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). **4.1.2. Risco de inadequação das provisões técnicas:** A Companhia não possui mais operações ativas, apenas as provisões técnicas oriundas dos valores de resgates remanescentes, até o prazo final de vigência dos títulos. Sendo assim, o risco de inadequação das provisões técnicas é imaterial. **4.2. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da Companhia de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (Value at Risk) e realizado testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de VaR e stress test podem ser observados na nota 5.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2020 e 2019: **Alocação dos investimentos por indexador:**

	2020	2019
<b>Indexador</b>		
SELIC/CDI	50.244	239.776
IPCA	20.210	20.521
Pré-fixado	-	531.468
Outros	204	392
<b>Total</b>	<b>70.658</b>	<b>792.157</b>

O portfólio apresentado em 31/12/2020 já desconsidera o saldo de aplicações financeiras relacionadas às operações de capitalização, que foram alienadas para a Icatu, conforme nota 1.1. Este impacto será observado também nas demais notas relacionadas às aplicações financeiras. **4.2.1. Risco de liquidez:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente compromissos assumidos em função do decasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de benefícios. São realizadas projeções diárias da caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anomalia, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros em 31/12/2020 e 2019.

	2020	2019
<b>Descrição</b>		
<b>Instrumentos financeiros</b>		
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>16.446</b>	<b>129.810</b>
Valor justo por meio do resultado	16.446	-
Disponível para venda	-	129.810
<b>Crédito das operações de capitalização (a)</b>	<b>-</b>	<b>1.126</b>
<b>Refinanciamento fiscal - REFIS</b>	<b>-</b>	<b>11.322</b>
<b>Títulos de capitalização</b>	<b>-</b>	<b>695.446</b>
<b>Provisões técnicas</b>	<b>-</b>	<b>695.446</b>

(a) Considera as contas a receber de capitalização a vencer, líquido de redução ao valor recuperável, quando aplicável. A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que a carteira é composta por ativos com liquidez imediata, apesar de a distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. **4.3. Riscos de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumprí-los nos termos em que foi acordado. Estes riscos poderiam ser materializados e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos não honrem com os pagamentos nas datas previstas.

**4.3.1. Alocação dos investimentos:** A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2020 99,71% (99,95% em 2019) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas do mercado.

Descrição	2020	2019
Renda fixa pública “risco soberano”	50.618	772.399
AAA	19.836	19.366
Outros	204	392
<b>Total</b>	<b>70.658</b>	<b>792.157</b>

**4.4. Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Neste sentido, a Ouvidoria SulAmérica desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha de defesa contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. Além disso, a área de Controles Internos dá suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais. O processo de identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos são quantificados através de metodologia específica e os controles materiais e relevantes têm sua eficácia testada podendo gerar planos de ação nos casos necessários. A metodologia utilizada objetiva mensurar e classificar os riscos operacionais em diferentes níveis, levando em consideração a frequência, a severidade e eficiência de seus respectivos mitigadores. **4.5. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. **4.5.1. Gestão dos riscos legais:** Como uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para

	2020	2019
<b>Patrimônio líquido contábil</b>	<b>26.310</b>	<b>89.923</b>
<b>Deduções:</b>		
Despesas antecipadas	(29)	(106)
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do Capital Mínimo Requerido	(1.654)	(21.734)
Ativos intangíveis	-	(8.416)
Obras de arte	(397)	(404)
Ajustes econômicos:	-	5.695
<b>Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)</b>	<b>24.230</b>	<b>64.958</b>
<b>Capital base (b)</b>	<b>10.800</b>	<b>10.800</b>
<b>Capital de risco (c)</b>	<b>7.596</b>	<b>20.775</b>
<b>Capital adicional de risco de subscrição (d)</b>	<b>-</b>	<b>5.671</b>
<b>Capital adicional de risco operacional (e)</b>	<b>1</b>	<b>4.794</b>
<b>Capital adicional de risco de crédito (f)</b>	<b>6.346</b>	<b>7.673</b>
<b>Capital de risco de mercado (g)</b>	<b>2.878</b>	<b>8.151</b>
<b>Capital mínimo requerido (CMR) (h)</b>	<b>10.800</b>	<b>20.775</b>
<b>Suficiência de capital - R\$ (i) = (a) - (h) (**)</b>	<b>13.430</b>	<b>44.183</b>
<b>Suficiência de capital - % (j) = (i) / (a)</b>	<b>55,43%</b>	<b>68,02%</b>

Em 31/12/2020, a Companhia tem ativos livres no montante de R\$69.389 (R\$96.319 em 2019), que correspondem a 642,49% (463,63% em 2019) do capital mínimo requerido, superior ao limite de 20% estabelecido na Resolução CNSP nº 321/2015.

continuação

Sul América Capitalização S.A. - SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total	2020	Descrição	Saldo em 31/12/2019	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2020
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil								
Títulos de renda fixa - privados	-	-	19.860	19.836	-	19.836	2020	Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	26.163	2.346	(28.509)	-
Letras financeiras	-	-	19.860	19.836	119,00% CDI	19.836		Redução ao valor recuperável de créditos	891	-	(891)	-
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	17.539	20.980	-	20.980		Provisões ineducutíveis	1.466	18	(1.484)	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	774	770	SELIC	770		Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	3.275	-	-	3.275
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-		Participações nos lucros	300	395	(695)	-
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	16.765	20.210	IPCA + 5,04% a.a.	20.210		<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>32.095</b>	<b>2.759</b>	<b>(31.579)</b>	<b>3.275</b>
Cotas de fundos de investimentos	29.842	29.842	-	-	-	29.842		<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>32.095</b>	<b>2.759</b>	<b>(31.579)</b>	<b>3.275</b>
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	29.842	29.842	-	-	-	29.842		Atualização de depósitos judiciais	(3.230)	(54)	1.067	(2.217)
Subtotal	29.842	29.842	37.399	40.816	-	70.658		Ajuste a valor de mercado	(14.280)	(1.997)	12.455	(3.822)
Percentual total contábil	-	42,23%	-	57,77%	-	100,00%		<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(17.510)</b>	<b>(2.051)</b>	<b>13.522</b>	<b>(6.039)</b>
Total	-	-	-	-	-	70.658						
Circulante	-	-	-	-	-	70.658						

Com exceção dos créditos tributários sobre as parcelas registradas no patrimônio líquido a título de benefício definido, não existem créditos tributários de diferenças temporárias constituídos na Companhia, visto que não há projeção orçamentária de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, que garantam a manutenção e a constituição de novos créditos tributários. 9. Contas a pagar: 9.1. Obrigações a pagar:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total	2020	2019
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil				
Títulos de renda fixa - privados	-	-	19.225	19.366	-	19.366	2020	2019
Letras financeiras	-	-	19.225	19.366	119,00% CDI	19.366		
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	726.921	756.345	-	756.345		
Letras financeiras do tesouro	-	-	204.337	204.356	SELIC	204.356		
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-		
Pré-fixado	-	-	291.217	301.612	11,30% a.a.	301.612		
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-		
Série F - Pré-fixado	-	-	215.282	229.856	12,05% a.a.	229.856		
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	16.085	20.521	IPCA + 5,05% a.a.	20.521		
Cotas de fundos de investimentos	16.446	16.446	-	-	-	16.446		
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	16.446	16.446	-	-	-	16.446		
Subtotal	16.446	16.446	746.146	775.711	-	792.157		
Percentual total contábil	-	2,08%	-	97,92%	-	100,00%		
Total	-	-	-	-	-	792.157		
Circulante	-	-	-	-	-	792.157		

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundo de investimentos de renda fixa. 5.2. Movimentação das aplicações:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 01/01/2019	63.072	777.145	840.217
Aplicações	77.270	116.780	194.050
Rendimentos resgate	(8.346)	(28.181)	(36.527)
Principal resgate	(118.556)	(159.945)	(278.501)
Resultado financeiro	3.087	69.778	72.865
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(81)	-	(81)
Ajustes no patrimônio líquido	-	134	134
Saldo em 31/12/2019	16.446	775.711	792.157

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 31/12/2019	16.446	775.711	792.157
Aplicações	153.856	747	154.603
Rendimentos resgate	(907)	(58.235)	(59.142)
Principal resgate	(140.358)	(682.179)	(822.537)
Resultado financeiro	805	30.919	31.724
Ajustes no patrimônio líquido	-	(26.147)	(26.147)
Saldo em 31/12/2020	29.842	40.816	70.658

5.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são: (i) A metodologia de Value at Risk (VaR) Paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR Paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Para a apuração dos valores para renda variável, considera-se a variação de 1% na posição. As tabelas a seguir apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e metodologia DV01.

	2020	2019
<b>Fatores de risco</b>	<b>VaR 95%</b>	<b>DV01=0,01%</b>
Juros nominal	4	4
Juros real	769	109
Efeito diversificação	(4)	-
<b>Total</b>	<b>769</b>	<b>113</b>
<b>Fatores de risco</b>	<b>VaR 95%</b>	<b>DV01=0,01%</b>
Juros nominal	269	34
Juros real	167	22
Efeito diversificação	(27)	-
<b>Total</b>	<b>409</b>	<b>56</b>

Os ativos referenciados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e SELIC, não apresentam DV01, uma vez que effective duration é de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais ativos não apresentaram resultados significativos devido à baixa volatilidade (inferiores a R\$1). 5.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis e modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1: Títulos de renda fixa - públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA. **Nível 2: Letras Financeiras (LF):** Calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da B3, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de LF das carteiras administrado/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; e **Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Descrição	2020		Total
	Nível 1	Nível 2	
<b>Aplicações financeiras</b>			
Valor justo por meio do resultado	-	29.842	29.842
Disponível para venda	20.980	19.836	40.816
<b>Total</b>	<b>20.980</b>	<b>49.678</b>	<b>70.658</b>
<b>Aplicações financeiras</b>			
Valor justo por meio do resultado	-	16.446	16.446
Disponível para venda	756.345	19.366	775.711
<b>Total</b>	<b>756.345</b>	<b>35.812</b>	<b>792.157</b>

6. Créditos das operações de capitalização: Conforme divulgado na nota 1.1, a Companhia não possui mais operação de Capitalização, diante disso não possui saldo em aberto em 31/12/2020 (R\$1.149 em 2019), esses saldos eram representados por créditos a receber de parcerias comerciais relativos a determinados produtos da Companhia.

Descrição	2020		2019	
	A vencer	Vencidos	A vencer	Vencidos
<b>A vencer</b>				
A vencer entre 01 e 30 dias	-	1.126	-	1.126
<b>Total</b>		<b>1.126</b>		<b>1.126</b>
<b>Total a vencer</b>				
<b>Vencidos</b>				
Vencidos entre 31 e 60 dias	-	23	-	77
Vencidos acima de 60 dias	-	77	-	100
<b>Total</b>		<b>100</b>		<b>177</b>
<b>Redução ao valor recuperável</b>				
<b>Total vencidos</b>		<b>23</b>		<b>177</b>
<b>Total de créditos das operações de capitalização</b>		<b>1.226</b>		<b>1.149</b>
<b>Total de redução ao valor recuperável</b>		<b>(77)</b>		<b>(149)</b>
<b>Total</b>		<b>1.149</b>		<b>1.149</b>

Descrição	2020		2019	
	Contas a receber de corretores	Outras contas a receber	Contas a receber de corretores	Outras contas a receber
<b>7. Títulos e créditos a receber:</b>				
Descrição	2020	2019	2020	2019
Contas a receber de corretores	372	244	372	244
Contas a receber da venda de imóveis	950	965	950	965
Outras contas a receber	1.668	1.976	1.668	1.976
Redução ao valor recuperável (a)	(2.248)	(2.263)	(2.248)	(2.263)
<b>Total</b>	<b>742</b>	<b>922</b>	<b>742</b>	<b>922</b>
<b>Circulante</b>	<b>742</b>	<b>922</b>	<b>742</b>	<b>922</b>

(a) Em 31/12/2020 representam redução ao valor recuperável de créditos a receber de corretores o montante de R\$172 (R\$244 em 2019), de contas a receber da venda de imóveis o montante de R\$950 (R\$965 em 2019) e de outras contas a receber R\$1.126 (R\$287 em 2019). 8. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos: 8.1. Créditos e débitos tributários diferidos:

Descrição	2020		2019	
	Créditos tributários (8.3)	Débitos tributários (8.3)	Créditos tributários (8.3)	Débitos tributários (8.3)
<b>Total</b>	<b>20.899</b>	<b>33.015</b>	<b>14.978</b>	<b>9.847</b>
<b>Circulante</b>	<b>20.899</b>	<b>33.015</b>	<b>14.978</b>	<b>9.847</b>
<b>Não circulante</b>	<b>5.921</b>	<b>23.168</b>	<b>5.921</b>	<b>23.168</b>

8.2. Tributos a compensar / recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2019		Adição	Atualiza-ção mo-netária	Baixa / compen-sação	Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 01/01/2019	Adição				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	8.328	854	273	(121)	-	9.334
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	2.775	6.157	164	-	-	9.096
Programa de Integração Social - PIS	2.626	-	61	(2.687)	-	-
<b>Total</b>	<b>13.729</b>	<b>7.011</b>	<b>498</b>	<b>(2.808)</b>	<b>-</b>	<b>18.430</b>
<b>Circulante</b>	<b>13.729</b>	<b>7.011</b>	<b>498</b>	<b>(2.808)</b>	<b>-</b>	<b>18.430</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.583</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2019		Adição	Atualiza-ção mo-compen-sação	Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Adição			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	9.334	4.928	117	(2.836)	11.543
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	9.096	2.966	85	(27)	12.120
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	85	-	(85)	-
<b>Total</b>	<b>18.430</b>	<b>7.979</b>	<b>202</b>	<b>(2.948)</b>	<b>23.663</b>
<b>Circulante</b>	<b>18.430</b>	<b>7.979</b>	<b>202</b>	<b>(2.948)</b>	<b>23.663</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.685</b>

8.3. Movimentação dos créditos e débitos tributários: As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos exercícios.

Descrição	Saldo em 01/01/2019		Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 01/01/2019	Adição			
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	27.754	2.245	(3.836)	-	26.163
Redução ao valor recuperável de créditos	2.214	40	(1.363)	891	891
Provisões	1.532	815	(881)	1.466	1.466
Participações nos lucros	152	231	(83)	300	300
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	2.961	314	-	-	3.275
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>34.613</b>	<b>3.645</b>	<b>(6.163)</b>	<b>32.095</b>	<b>32.095</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>34.613</b>	<b>3.645</b>	<b>(6.163)</b>	<b>32.095</b>	<b>32.095</b>
Atualizações de depósitos judiciais	(4.848)	(674)	2.292	(3.230)	-
Ganho com ajuste a valor de mercado	(14.227)	(7.796)	7.743	(14.280)	-
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(19.075)</b>	<b>(8.470)</b>	<b>10.035</b>	<b>(17.510)</b>	<b>(17.510)</b>

11. Provisões técnicas: 11.1. Movimentação das provisões técnicas:

Descrição	Provisão matemática para capitalização (PMC)		Provisão para resgates (PR)		Provisão para sorteios a realizar (PSR)		Provisão para sorteios a pagar (PSP)		Provisão para a completar de sorteio (PCS)		Provisão para despesas administrativas (PDA)		Total
	matemática para capitalização (PMC)	Provisão para resgates (PR)	Provisão para resgates (PR)	Provisão para sorteios a realizar (PSR)	Provisão para sorteios a pagar (PSP)	Provisão para a completar de sorteio (PCS)	Provisão para despesas administrativas (PDA)						
Saldo em 01/01/2019	591.320	11.517	-	121	51.368	-	-	-	-	-	8.951	663.277	
Constituições	703.707	-	-	23.115	21.017	4	-	-	-	-	-	-	
Cancelamentos	(9.942)	(1.183)	-	-	(10.317)	(4)	-	-	-	-	-	-	
Transferência entre provisões	(681.763)	681.763	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamentos / baixas	(1.796)	(686.882)	(22.445)	(18.628)	-	-	-	-	-	-	(1.351)	-	
Atualização monetária / juros	35.362	1.425	86	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>636.888</b>	<b>6.640</b>	<b>877</b>	<b>43.441</b>	<b>43.441</b>	<b>7.600</b>	<b>695.</b>						

continuação

## Sul América Capitalização S.A. – SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Incentivo em ações (a)	Total
<b>Contas a pagar</b>				
2020	–	1.172	239	1.411
2019	1.714	1.430	239	3.383
<b>Despesas</b>				
2020	1.736	–	–	1.736
2019	(3.396)	(144)	(475)	(4.015)

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.10).

**13. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais:** Em 31/12/2020 e 2019, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica “Provisões judiciais” no passivo circulante e não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica “Obrigações a pagar”, no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir: **13.1. Depósitos judiciais e fiscais:**

Descrição	2020	2019
<b>Fiscais:</b>		
COFINS	35	35
PIS	27.369	26.916
CSLL	5.377	5.304
IRPJ	17.220	16.989
Outros	175	172
<b>Previdenciárias:</b>		
INSS	11.011	10.871
<b>Trabalhistas e cíveis:</b>		
Ações trabalhistas	9.589	10.486
Ações cíveis	15.536	21.913
<b>Total</b>	<b>86.312</b>	<b>92.686</b>
<b>Não circulante</b>	<b>86.312</b>	<b>92.686</b>

**13.3. Obrigações fiscais:** As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2020 e 2019 são: **PIS:** A Companhia questionou e depositou judicialmente a contribuição do PIS, instituída pelas Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, com a incidência de 0,75% sobre a receita bruta. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a expectativa de perda dos processos relativos às Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, sendo remota no que se refere à alegação de ofensa aos princípios da anterioridade e da irretroatividade. Em fevereiro de 1999, com a promulgação da Lei nº 9.701/1998 e da Lei nº 9.718/1998, a base de cálculo do PIS foi ampliada em função do novo conceito de receita bruta. A Companhia questionou a constitucionalidade da expansão da carga tributária do PIS, com base na Lei Complementar nº 07/1970 e vem provisionando e depositando judicialmente os valores devidos. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a expectativa de perda da demanda em relação à receita da atividade e remota em relação à receita financeira. **13.4. Provisões judiciais:** A principal ação com provisão judicial em 31/12/2020 e 2019 é: **INSS:** A Companhia questiona e deposita judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de capitalização, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e regulamentações/alterações posteriores, por entender que os serviços de corretagem de capitalização não são prestados às empresas de capitalização, estando desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, do artigo 22, da Lei nº 8.212/1991 com nova redação contida na Lei nº 9.876/1999. Os processos encontram-se no Supremo Tribunal Federal (STF) aguardando o julgamento de recursos da Companhia. Os valores devidos encontram-se integralmente provisionados até maio de 2015. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. No mês de agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.673, no qual declarou a constitucionalidade do caput, do inciso III e do § 1º do art. 22 da Lei 8.212/1991, na redação dada pelo art. 1º da Lei 9.876/1999, reconhecendo, consequentemente, a higidez constitucional da incidência de contribuição para seguridade social sobre os valores repassados pelas seguradoras, a título de comissão, aos corretores de seguros. **13.5. Contingências:** Em 31/12/2020 e 2019 o valor total em discussão dos processos relevantes cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de:

Descrição	2020	2019
Fiscais	114.918	116.534
Cíveis	9.909	147.982
Trabalhistas	9.519	9.697
<b>Total</b>	<b>134.346</b>	<b>274.213</b>

Do total do montante das ações fiscais cuja probabilidade de perda é possível, R\$10.508 (R\$10.392 em 2019) estão provisionados pois referem-se, basicamente, a obrigações legais. A parcela não provisionada nesses processos, no valor de R\$104.410 (R\$106.142 em 2019) é composta, principalmente, pela glosa do prejuízo fiscal e base negativa referente aos anos-calendário de 2005 e 2006 e não homologação de tributos na esfera administrativa. **14. Patrimônio líquido:** **14.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2020 é de R\$66.441 (R\$56.620 em 2019), dividido em 62 (35 em 2019) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizado. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/10/2020, a Acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$9.821, com a emissão de 27 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$363.730,32 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76, na data-base de 30/09/2020. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela acionista Sul América Santa Cruz Participações S.A. O processo de aprovação da referida Assembleia tramitou na SUSEP sob o nº de processo 15414.617820/2020-01, sendo aprovado em 21/12/2020. **14.2. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **14.3. Reserva estatutária:** A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos aos acionistas. **14.4. Ajuste de avaliação patrimonial:** A rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios e de sua coligada e as perdas atuariais não realizadas com plano de pensão de benefício definido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. **14.5. Política de distribuição de dividendos:** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado, em consonância com a legislação em vigor. Em 16/03/2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$14.000, com base no saldo da reserva estatutária, sendo R\$400 por ação ordinária, a serem pagos aos acionistas a partir da referida data. Em 30/04/2020, a Acionista da Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária realizada, cumulativamente com a Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos obrigatórios no montante de R\$3.620 e a distribuição de dividendos complementares no montante de R\$10.858, aos quais foi

**Conselho de Administração: Presidente:** Patrick Antonio Claude de Larragóiti Lucas. **Conselheiros:** Carlos Infante Santos de Castro; e Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretoria: Diretor Presidente:** Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretor Vice-Presidente:** André Luiz Lauzana dos Santos. **Diretores:** Gustavo Kohn Giometti; Laenio Pereira dos Santos; Reinaldo Amorim Lopes; e Ricardo Bottas Dourado dos Santos. **Contadora:** Flavia Vieira Pereira - CRC - RJ-094933/O-3. **Atuária:** Manuelle Maggessi Garcez - MIBA/MTPS/2244.

## Parecer dos Atuários Auditores Independentes

**Aos Acionistas e Administradores da Sul América Capitalização S.A. Rio de Janeiro - RJ.** Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e solvência da Sul América Capitalização S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e, também, com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerer que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência

a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e solvência da Sul América Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2020 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 23 de fevereiro de 2021. **Ricardo Pacheco** - MIBA 2.679; Ernst & Young Serviços Atuariais SS - CNPJ 03.801.998/0001-11 - CIBA 57. São Paulo Corporate Towers, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 – Torre Norte, 04543-011 São Paulo – SP, Brasil.

## 13.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldo em 01/01/2019	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldo em 31/12/2019
<b>Cíveis e trabalhistas:</b>					
Cíveis	24.776	2.174	3.166	(3.997)	26.119
Honorários	2.494	534	–	(400)	2.628
Trabalhistas	11.892	789	636	(188)	13.129
Outros	2.059	–	123	(123)	2.059
<b>Subtotal</b>	<b>41.221</b>	<b>3.497</b>	<b>3.925</b>	<b>(4.708)</b>	<b>43.935</b>
<b>Tributárias (a)</b>					
PIS	23.629	284	699	–	24.612
CSLL	26.512	–	408	(26.920)	–
INSS	10.588	–	282	–	10.870
Honorários	3.951	86	74	(240)	3.871
<b>Subtotal</b>	<b>64.680</b>	<b>370</b>	<b>1.463</b>	<b>(27.160)</b>	<b>39.353</b>
<b>Total</b>	<b>105.901</b>	<b>3.867</b>	<b>5.388</b>	<b>(31.868)</b>	<b>83.288</b>
<b>Circulante</b>					<b>903</b>
<b>Não circulante</b>					<b>82.385</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldo em 31/12/2020
<b>Cíveis e trabalhistas:</b>					
Cíveis	26.119	33.636	4.660	(15.649)	48.766
Trabalhistas	13.129	1.413	466	(3.233)	11.775
Honorários	2.628	3.830	–	(1.565)	4.893
Outros	2.059	23	54	(75)	2.061
<b>Subtotal</b>	<b>43.935</b>	<b>38.902</b>	<b>5.180</b>	<b>(20.522)</b>	<b>67.495</b>
<b>Tributárias: (a)</b>					
PIS	24.612	74	353	–	25.039
INSS	10.870	–	140	–	11.010
Honorários	3.871	14	73	(158)	3.800
<b>Subtotal</b>	<b>39.353</b>	<b>88</b>	<b>566</b>	<b>(158)</b>	<b>39.849</b>
<b>Total</b>	<b>83.288</b>	<b>38.990</b>	<b>5.746</b>	<b>(20.680)</b>	<b>107.344</b>
<b>Circulante</b>					<b>4.745</b>
<b>Não circulante</b>					<b>102.599</b>

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2020 são de R\$28.838 (R\$28.484 em 2019), registradas no passivo não circulante, na rubrica “Obrigações a pagar” (nota 9.1).

## 15.6.3. Despesas financeiras:

Descrição	2020	2019
Operações de capitalização		(3.142)
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados		(556)
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(4.511)	(2.345)
Outras	(283)	(6.235)
<b>Total</b>	<b>(8.492)</b>	<b>(48.848)</b>

## 15.7. Ganhos e perdas com ativos não correntes:

Descrição	2020	2019
Resultado na alienação	(5.293)	1.529
Redução ao valor recuperável	3	(50)
Resultado de outras operações	(28.162)	–
<b>Total</b>	<b>(33.452)</b>	<b>1.479</b>

**15.8. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2020 e 2019, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2020	2019
Imposto de renda	2.833	1.700
Contribuição Social de renda	1.700	5.962
Imposto de renda	25%	15%
Contribuição Social de renda	25%	15%

**15.9. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2020 e 2019, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2020	2019
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	(11.331)	(11.331)
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	2.833	1.700
Alíquota nominal	25%	15%
Correntes:		
Adições:		
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(6.273)	(3.764)
Atualização de depósitos judiciais (decisão favorável)	–	(464)
Despesas não dedutíveis	(19)	(10)
Outras adições	(1.173)	(15)
<b>Subtotal</b>	<b>(7.465)</b>	<b>(3.789)</b>
<b>Exclusões:</b>		
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	–	1.006
Reversão da redução ao valor recuperável de créditos	39	23
Reversão de provisões não dedutíveis	502	301
Atualização de depósitos judiciais	122	73
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	301	181
Outras exclusões	–	286
<b>Subtotal</b>	<b>964</b>	<b>578</b>
<b>Redução de incentivos fiscais</b>	<b>72</b>	<b>291</b>
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(3.596)</b>	<b>(1.511)</b>
<b>Diferidos:</b>		
Reversão do crédito tributário sobre diferenças temporárias (a)	(19.275)	(9.545)
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	634	380
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>(18.641)</b>	<b>(9.165)</b>
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(22.237)</b>	<b>(10.676)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-196,25%</b>	<b>-94,22%</b>
<b>Alíquota efetiva combinada</b>	<b>-290,47%</b>	<b>26,76%</b>

(a) Reversão dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, visto que não há projeção orçamentária futura que garanta a manutenção destes créditos. **16. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:**

Descrição	2020
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>Total</b>
Base de cálculo	(26.147)
Imposto de renda	6.536
Contribuição social	3.922
<b>Total</b>	<b>10.458</b>
<b>Líquido</b>	<b>(15.689)</b>

Descrição	2020	
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>Plano de pensão de benefício definido</b>	<b>Total</b>
Base de cálculo	134	(784)
Imposto de renda	(34)	196
Contribuição social	(20)	118
<b>Total</b>	<b>(54)</b>	<b>314</b>
<b>Líquido</b>	<b>80</b>	<b>(470)</b>

**Demonstrativo dos valores sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2020 (em milhares de Reais)**

Provisões Técnicas	
Provisão Matemática para Capitalização (PMR)	0
Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)	0
Provisão para Resgate (PR)	1.065
Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)	0
Provisão Complementar de Sorteios (PCS)	0
Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)	0
Provisão para Despesas Administrativas (PDA)	0
<b>Total de Provisões Técnicas</b>	<b>1.065</b>
<b>Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido</b>	
Patrimônio Líquido Ajustado – PLA (a)	24.230
Capital Base (b)	10.800
Capital de Risco – Subscrição (c)	0
Capital de Risco – Mercado (f)	2.878
Capital de Risco – Crédito (d)	6.346
Capital de Risco – Operacional (e)	1
Redução por Correlação dos Riscos (g)	-1.629
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	7.596
<b>Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)</b>	<b>10.800</b>
<b>Suficiência do PLA (a) – (i)</b>	<b>13.430</b>
<b>Liquidez Regulatória</b>	
Ativos financeiros vinculados às provisões técnicas (a)	70.454
Provisões técnicas líquidas dos ativos redutores (b)	-1.065
Suficiência dos ativos financeiros (c) = (a)+(b)	69.389
Requerimento de Liquidez Regulatória (d)	-2.160
<b>Suficiência de Liquidez Regulatória (c)+(d)</b>	<b>67.229</b>

continua

continuação

## Sul América Capitalização S.A. – SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020

I. O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (“Companhia”) no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, até a presente data: • Apreciou os relatórios da Ouvidoria da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e ao período encerrado em 30.06.2020; • Monitorou e avaliou as exposições a riscos da Companhia, bem como a qualidade e integridade do seu programa de gestão de riscos operacionais e corporativos, não tendo identificado falhas que pudessem vir a colocar em risco esse sistema e/ou causar eventuais impactos nos negócios da Companhia. O Comitê concluiu, portanto, que o sistema de gestão de riscos é adequado às necessidades da Companhia, bem como atende à legislação vigente; • Revisou, previamente à sua divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação e envio à SUSEP; • Com relação à auditoria contábil independente e à auditoria contábil interna, o Comitê tomou conhecimento dos trabalhos executados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e concluiu que as auditorias cumpriram de forma satisfatória com o escopo dos trabalhos, bem como observaram os dispositivos legais e normativos aplicáveis; • Avaliou e monitorou o sistema de controles internos da Companhia, não tendo identificado falhas que pudessem vir a colocar em risco a eficácia desse sistema e/ou causar eventuais impactos nos negócios da Companhia. O Comitê concluiu, portanto, que o referido sistema é adequado às necessidades da Companhia, bem como atende à legislação vigente; e • Reuniu-se com o Presidente da Companhia, com os sócios responsáveis pela empresa de auditoria contábil independente e com o Diretor responsável pela área de auditoria interna, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das suas recomendações pela administração da Companhia. II. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 144 da Resolução CNSP nº 321/2015. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2021. Renato Russo - Presidente. Jorge Augusto Hirs Saab - Membro. Jorge Roberto Manoel - Membro.

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Sul América Capitalização S.A. – SULACAP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 20 de fevereiro de 2020, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente

se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Roberto Martorelli  
Sócio  
Contador CRC-1RJ106103/O-0

Marcelo Felipe L. de Sá  
Sócio  
Contador CRC-1 RJ094644/O-0



MAIS DE 27 MIL UNIDADES

# Brasil volta a ser o maior mercado de caminhões da Mercedes-Benz

Empresa confirma investimento de mais de R\$ 800 milhões com a expectativa de crescer 15%

A Mercedes-Benz anunciou ontem que, com as quase 27 mil unidades vendidas no País no ano passado, o Brasil voltou a ser o maior mercado de caminhões da marca alemã no mundo. O volume supera os 24,5 mil caminhões vendidos na Alemanha, que caiu para a segunda posição no ranking de mercados globais da montadora.

Os resultados finais de 2020 foram apresentados em entrevista coletiva à imprensa na qual a Mercedes manifestou confiança em preservar a liderança num mercado de veículos comerciais que deve crescer a um ritmo de dois dígitos e confirmou que investirá mais R\$ 800 milhões até o ano que vem para concluir o plano de investimentos, iniciado em 2018, que prevê um total de R\$ 2,4 bilhões no Brasil.

Informou também que está

abrindo no começo deste ano mais de mil vagas de trabalho para fazer frente ao crescimento previsto nas encomendas. A expectativa da empresa para 2021 é de alta de 15% do mercado de caminhões, para um total de 101 mil unidades, e de 13% dos volumes de ônibus, chegando a 16 mil unidades na soma de todas as marcas. A aposta é de que o transporte de commodities em geral e da safra agrícola puxe, junto com a expansão das entregas do comércio eletrônico, a recuperação dos veículos de carga em meio a um aguardado crescimento de 3,4% da economia neste ano.

Do lado dos ônibus, onde a marca também é líder no Brasil, o consumo, acredita a Mercedes, deve vir dos segmentos de fretamento e da volta dos pedidos de ônibus escolares. Porém, a tendência é de que o mercado de coletivos continue pressio-

nado no primeiro semestre pelo isolamento social voluntário e restrições de circulação decorrentes da pandemia.

Para Karl Deppen, presidente da Mercedes-Benz do Brasil, a indústria de veículos comerciais, dada a dependência do Brasil ao transporte rodoviário, vive situação diferente em relação aos carros de passeio, sensíveis aos impactos de crises sobre o consumo que levaram a anúncios de fechamento de quatro fábricas desde dezembro: três da Ford e uma de automóveis de luxo da própria Mercedes em Iracemápolis, no interior paulista.

“Não podemos ignorar a relevância de fatores macroeconômicos para o transporte, mas estamos convencidos de que o Brasil é um grande mercado e temos uma longa história no País. É importante manter o plano de negócio e investimentos porque estamos con-

vencidos de que existe uma necessidade de transporte. É por isso que estamos aqui”, afirmou Deppen.

Depois de investir R\$ 1,6 bilhão nos últimos três anos, sendo a maior parte (R\$ 1,4 bilhão) destinada ao desenvolvimento e produção da família de extrapesados Actros, o foco dos investimentos da Mercedes a serem concluídos até o ano que vem está na modernização das linhas de câmbio, motor e eixos da fábrica de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, junto com o desenvolvimento de serviços e produtos com tecnologias de conectividade e mobilidade de baixa emissão.

“Precisamos continuar trabalhando na nossa competitividade e temos um plano forte em sustentabilidade. Esses são os ingredientes que definem nossos planos para o futuro”, comentou Deppen, ao refor-

çar a meta de repetir a liderança do mercado de veículos comerciais neste ano, mas com bom desempenho também financeiro.

As vendas de caminhões da Mercedes-Benz no Brasil caíram 4% em 2020, mas como o declínio foi inferior ao da concorrência, a participação de mercado subiu para 31,6%. Durante o encontro com jornalistas, a direção da empresa citou o programa nacional de vacinação, a aprovação da reforma tributária e as dificuldades de abastecimento das linhas de montagem, com falta de insumos e aumento de preços de materiais como o aço, na lista dos maiores desafios deste ano.

Roberto Leoncini, vice-presidente de vendas e marketing de Caminhões e Ônibus da montadora, afirmou que a crise de abastecimento de peças está longe de ser resolvida. “Temos

vários problemas de fornecimento. Isso não é segredo para ninguém”, afirmou o executivo, confirmando que a falta de componentes eletrônicos, a exemplo de outras fábricas, está entre os itens em que a Mercedes vem encontrando dificuldades para adquirir. “É uma briga diária de nosso time de logística para abastecer as linhas de produção.”

A escassez global de chips, que já parou fábricas do mundo inteiro, começa agora a paralisar linhas de produção também no Brasil. “Temos uma grande fragmentação na cadeia de suprimentos, falta de contêiner, desarranjos em portos globais. A alternativa do frete aéreo ficou extremamente cara”, observou Leoncini. Segundo ele, a falta de espaço em galpões de aeroportos para guardar cargas também limita uma solução do problema pelo transporte aéreo.

INFLAÇÃO BAIXA

# Fed vê folga no mercado de trabalho dos EUA e um longo caminho de recuperação

O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, afirmou ontem que “há ainda grande folga no mercado de trabalho e um longo caminho para sua recuperação” em depoimento na Câmara dos Representantes. Questionado sobre sua opinião relativa à necessidade do plano fiscal de US\$ 1,9 trilhão defendido pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, Powell respondeu: “Serão necessários investimentos dos setores privado e público para melhorar os fatores de produção no país EUA.”

Powell ressaltou que os dirigentes do Federal Reserve querem “ver dados econômicos que mostrem progresso para atingir objetivos do Fed”. “Preci-

samos ver condições de mercado de trabalho na direção de pleno emprego e inflação perto de 2%.”

O presidente do Federal Reserve afirmou que “não vamos apertar a política monetária apenas com mercado de trabalho mais apertado. Precisaremos observar também alta da inflação para perto de 2%”.

Em depoimento à Câmara dos Representantes, Powell destacou que “queremos que as expectativas de inflação fiquem ancoradas em 2%”, o que dará certeza de que os índices de preços estão em linha com o objetivo de longo prazo determinado pelo Fed. “Temos horizonte de política monetária de 3 anos. Estamos em uma era na qual o mundo

é desinflacionário.”

O presidente do Federal Reserve afirmou que talvez será necessário que o banco central tenha autorização do Congresso para atuar com dólar digital. “Precisaremos ter cuidado para desenhar o dólar digital para não minar condições do mercado financeiro.”

Powell também destacou em depoimento na Câmara dos Representantes que “o combate à mudança climática é muito importante e deve ser definido por governo e legisladores”. “É uma questão de longo prazo e instituições financeiras estão engajadas nela.”

O presidente do Fed destacou que “precisamos de economia forte e de apoio da política monetária, que continuará”.

Ele afirmou que os “grandes bancos estão bem capitalizados e foram muito importantes para a concessão de crédito em 2020, apesar de ter feito reserva de caixa ao redor de US\$ 100 bilhões.”

De acordo com Powell, é fundamental para a plena recuperação do nível de atividade no controle total da pandemia do coronavírus. “Vacinação, distanciamento social e máscaras são essenciais para terminar pandemia. Com a evolução no combate (a covid-19) teremos melhor economia no segundo semestre.”

O presidente do Fed comentou ainda que o banco tem instrumento para manter os juros dos Fed Funds no patamar que desejar, o que inclui atuar no

mercado de repos, por exemplo. Durante audiência na Câmara dos Representantes, Powell destacou que o Fed monitora a evolução dos índices de preços, e que o “mais importante é manter as expectativas de inflação bem ancoradas”.

De acordo com o presidente do Fed, uma das atribuições do banco central americano é assegurar a estabilidade financeira nos EUA, o que inclui que bancos evitem riscos gerais por questões ambientais. Ele ressaltou que a política de combate a mudanças climáticas é definida por autoridades eleitas nos Poderes Executivo e Legislativo. “Somos um agente regulador que atua em harmonia com as políticas estabelecidas pelas autoridades

.” Para Jerome Powell, a política fiscal ajudou a combater a crise no ano passado nos EUA. “É preciso ter este poder e agora é tempo para empregá-lo. Comandamos a política monetária, mas está nas mãos dos senhores atuar para a melhora da economia de longo prazo”, disse, referindo-se à atuação de legisladores para definir gastos do governo federal.

O presidente do Federal Reserve comentou ainda que com o combate da pandemia do coronavírus, “podemos ter forte recuperação” do crescimento dos EUA logo. “Filas de pessoas em carros para ter ajuda com alimentos é sinal de que economia precisa de apoio.”